



----- **CERTIDÃO** -----

---- **SUSETE DE JESUS FARELO CANHOTO**, a exercer o cargo de secretária do Gabinete da Vereação da Câmara Municipal de Vila Viçosa.-----

---- **CERTIFICA** que, na Minuta da Ata referente à Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Vila Viçosa, ocorrida no dia dezoito de abril de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Vila Viçosa, consta uma deliberação, do seguinte teor: -----

---- **2.º Ponto - Prestação de Contas/2015;**-----

---- Foi presente uma proposta, subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal e pelos Vereadores Luís Nascimento e Ana Rocha, a qual se dá como inteiramente reproduzida e fica apensa aos documentos da presente Ata (Doc. 1), para aprovar os documentos da Prestação de Contas, relativos ao exercício de 2015 e a declaração de responsabilidade anexa (de acordo com a resolução n.º 44/2015, de 25 de Novembro, do Tribunal de Contas) e enviar para a Assembleia Municipal.-----

-- A proposta deu entrada na Mesa, por unanimidade.-----

-- O Vereador Inácio Esperança referiu que muitos dos pontos que são elencados pelo ROC no Relatório são apenas uma lista do trabalho que realizou ou que irá realizar. Referiu ainda que, na sua opinião, o Relatório não refere se as demonstrações estão conseguidas e se foi cumprido o que é exigido, ou seja o relatório apenas apresenta uma conclusão genérica e não refere as conclusões obtidas.-----

-- Colocada a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria com três (3) votos a favor dos Vereadores Ana Rocha, Luís Nascimento e do Presidente da Câmara Municipal e dois (2) votos contra dos Vereadores Tânia Courela e Inácio Esperança.-----

-- A Vereadora Tânia Courela emitiu uma declaração de voto vencido, a qual fica apensa aos documentos da presente Ata (Doc. 2).-----

-- O Vereador Inácio Esperança emitiu uma declaração de voto vencido, a qual fica apensa aos documentos da presente Ata (Doc. 3).-----

--- Por ser verdade emito a presente Certidão que vou assinar e autenticar com o selo branco em uso neste Município.-----

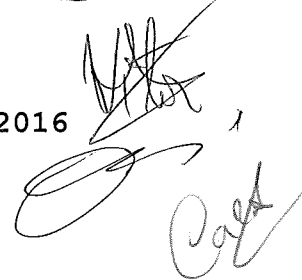
---- Vila Viçosa, dezanove de abril de dois mil e dezasseis.-----

Susete de Jesus Farelo Canhoto

2º Ponto

R. Ext. 18.04.2016

Doc. 1



Proposta

O presidente da Câmara Municipal Manuel Condenado e os vereadores Luís Nascimento e Ana Rocha propõem:

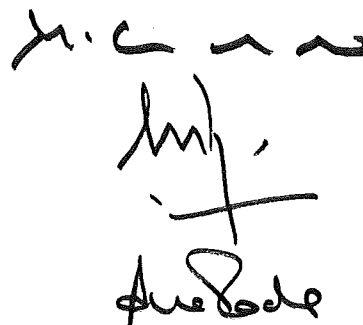
- Aprovar os documentos da Prestação de Contas, relativos ao exercício de 2015 e a declaração de responsabilidade anexa (de acordo com a resolução n.º 44/2015, de 25 de Novembro, do Tribunal de Contas).
- Enviar para a Assembleia Municipal.

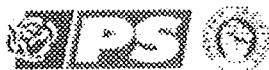
3 votos a favor:

- v. Ana
- v. Luís
- Presidente

2 votos contra:

- v. Tânia
- v. Inácio





Doc. 2

Voto de Vencido

A Prestação de contas é, em conjunto com as Grandes Opções do Plano (GOP), um dos instrumentos mais importantes para aferir da eficácia das propostas e execuções do executivo em funções.

Apesar de se tratar de um documento eminentemente técnico, a Prestação de Contas não deixa de refletir a forma e o desempenho da Gestão das Grandes Opções do Plano aprovadas em Assembleia Municipal para o ano de 2015.

Considerando apenas um dos itens do PAM e do PPI, fundamento o meu voto contra a política seguida pelo atual executivo CDU. Refiro-me obviamente à rubrica "funções sociais", que se tratou de uma das "bandeiras" erguidas com maior empenho em defesa do Orçamento, PPI e PAM aprovados para 2015.

De facto, o documento ora em análise vem repor a verdade sobre a forma como o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia, bem como os Senhores Vereadores da CDU, lidam com a "parte social" dos municípios de Vila Viçosa, numa altura em que a crise está efetivamente na ordem do dia.

Com efeito, ao nível do PAM as Funções Sociais não foram além dos 70% de execução relativamente ao previsto inicialmente e, no que se refere ao PPI, esta rubrica teve uma execução de uns míseros 50%. Ora depois do Executivo da CDU tanto ter falado sobre as questões sociais inscritas nas GOP, não há margem para não se apelar essa campanha política como uma enorme ilusão em relação às expectativas criadas.

Para além do acima descrito, que já seria um motivo mais do que suficiente para o meu voto contra, acrescem ainda as constantes alterações ao orçamento (que ocorreram em uma centena de vezes). Estas alterações demonstram duas questões que devem ser apontadas:

- Antes de mais a desorientação e falta de rumo constantes na gestão efetuada pelo Sr.º Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores da CDU que, com esta competência de alteração do Orçamento, não conseguiram, minimamente, aproximar-se dos Instrumentos de Gestão aprovados pela Assembleia Municipal.
- Esta quantidade gigantesca de alterações demonstra ainda uma maior, falta de respeito para com os órgãos Autárquicos, nomeadamente esta Câmara e a Assembleia, que passaram um cheque em branco ao Sr.º Presidente que, com as funções e competências que lhe são inerentes, adulterou por completo as GOP de 2015. Portanto entendo que não foi apenas a oposição que votou contra este Orçamento que ficou altamente defraudada, mas em primeiro lugar aqueles que votaram a favor (a própria bancada da CDU) uma vez que aprovaram um orçamento que se foi esvaziando ao longo da respetiva execução.

Poderia ainda efetuar uma maior e mais incisiva análise (obviamente negativa) do Documento em discussão, no entanto não o farei, uma vez que os motivos acima expostos sustentam este meu voto.

Não me restou então outra alternativa senão a de votar contra... Não só contra o documento em si mas também e, acima de tudo, esta forma embusteira de fazer política.

A conta, apesar de registar alguma redução na dívida e algum cuidado técnico a que não se assistiu no passado, demonstra claramente que continuamos a navegar à vista e sem rumo.

Prova disto o facto de a taxa de execução orçamental da receita ser novamente inferior a 85% e de a despesa ter sido alterada uma centena de vezes durante o exercício, com 1,7 milhões de euros em diminuições e 2,4 milhões de euros em inscrições /reforços.

A tão propalada diminuição da dívida é feita, não só à conta do aumento da receita que existiu no valor de 115,899 mil euros, embora se diga que há cada vez menos dinheiro, com o pagamento obrigatório do empréstimo a curto prazo e com a redução dos encargos com pessoal em cerca de 200 mil euros e com o não cumprimento do investimento previsto.

Há também aqui, ao nível da dívida, um aumento enorme da dívida a outros credores (de 55 mil euros em 2014, para 347 mil euros em 2015) que são entre outros as famílias, os leitos locais e as Associações e Instituições, aumento este que *... esse aumento é devido ao pagamento de verbas para ajudar outros municípios que têm dificuldades financeiras.* Acresce a tudo isto o facto de este orçamento levantar reservas ao ROC e, por consequência a mim próprio, no que respeita aos saldos de abertura das rubricas de imobilizado, fundos próprios e proveitos diferidos decorrentes de subsídios para investimentos e também pelo facto de não existir uma contabilidade de custos prevista na lei e já mencionada pela ROC que auditou as contas de 2013.

Esta última falha é grave pois não permite saber o custo das matérias consumidas decorrentes do registo de existências em armazém. Não se percebe o porquê de pelo terceiro ano consecutivo vir esta nota e ainda não estar implementada a contabilidade de custos.

Apesar de sabermos que o empreendedorismo local não depende exclusivamente da camara, este orçamento, da exclusiva responsabilidade da maioria CDU que governa o município, não mostra ter procurado assumir o papel de impulsionador de projetos suscetíveis de conduzirem o Concelho para níveis superiores de modernização e de satisfação dos anseios das populações nem, em nosso entender, ter servido para elevar a atratividade de um território que tem excelentes potencialidades.